

TEORIA ECONÔMICA COMO UM DISCURSO HISTÓRICO

Daniel de Pinho Barreiros

Doutorando em História Social pela UFF

Pesquisador do Laboratório de História Social da Economia (LAHSOE-UFF)

Este artigo tem por objetivo investigar, através de uma abordagem interdisciplinar, a historicidade das teorias econômicas e do pensamento econômico em geral, entendidos como um fenômeno social específico e um discurso historicamente condicionado e construído.

A primeira parte consiste em uma breve exposição de recentes contribuições no campo da epistemologia da ciência econômica que convergem – e divergem – em pontos essenciais da proposta teórica deste estudo. Trata-se, em suma, das discussões envolvendo a Retórica como elemento de construção da Verdade científica em Economia. Apresentaremos os pontos em que esta abordagem acrescenta à nossa perspectiva, e criticaremos a abordagem retórica como um todo. Na segunda parte apresentaremos a interpretação teórica a ser empreendida neste estudo – Sociologia do Conhecimento na epistemologia da Ciência Econômica – vitalizada por alguns *insights* do debate sobre Retórica. A terceira parte apresentará, como estudos de caso, a concepção de desenvolvimento econômico do historiador econômico norte-americano W.W. Rostow no clássico *Etapas do Desenvolvimento Econômico: um manifesto não-comunista* (1960) e do economista indiano Amartya Sen em *Desenvolvimento como Liberdade* (1999), trabalho que sintetiza suas mais importantes contribuições para a *welfare economics*, que lhe garantiram o Prêmio Nobel de Economia de 1998. Com o confronto destas duas obras à luz dos caminhos teóricos delineados, busca-se enfatizar a historicidade e o condicionamento social da criação da Verdade científica na Economia.

Retórica na Economia: avanços epistemológicos

“*Nenhuma controvérsia importante na teoria econômica foi resolvida através da mensuração empírica*”¹. A afirmação do economista Pérsio Arida sintetiza, em linhas gerais, o principal ponto conclusivo dos debates sobre Retórica na Economia. “*Nada mais distante da prática efetiva da ciência econômica do que a ficção positivista de um sistema econômico inambigüamente dado à observação (...) face ao qual os vários corpos teóricos proviriam explicações desinteressadas*”². Assim sendo, a resolução de controvérsias no campo da ciência econômica ocorreria não pela deslegitimação positiva de uma determinada tese – entenda-se, a comprovação de que uma determinada idéia é falsa, que não corresponde à “realidade objetiva” – em função dos ataques de outra, “cientificamente” superior, mas sim devido ao fato de que a tese vencedora do debate – assumida, portanto, como hegemonicamente verdadeira – teve maior poder de convencimento sobre o público-alvo. “*Controvérsias se resolvem retoricamente; ganha quem tem maior poder de convencer, quem torna suas idéias mais plausíveis, quem é capaz de*

formar consenso em torno de si”³. As dimensões epistemológicas do artigo de Arida, bem como dos trabalhos subsequentes neste campo, são um forte e pioneiro ataque ao objetivismo ainda hegemônico na Economia, talvez a última das ciências sociais em que este raciocínio ilusório permeie de modo influente.

A importância da Retórica na construção da Verdade científica é contraposta aos modelos de aprendizado da teoria econômica vigentes, sistematizados pelo autor como *hard science* e *soft science*.

O modelo *hard science*, originado no pós-Segunda Guerra, concebe o estudo da ciência econômica através da noção de “fronteira do conhecimento”, tomada de empréstimo das ciências ditas exatas. Nele, o pesquisador assume ser desnecessário o estudo de teorias e concepções “superadas” por outras recentes, uma vez que acredita que “(...) *as contribuições de relevo (construções verdadeiras ou conjecturas em aberto) já estão incorporadas ao estado atual da ciência. O resto seria concepções errôneas e superadas (...)*”⁴. O instrumental e os objetos pertinentes à investigação científica seriam unicamente aqueles hegemônicos no tempo presente, sendo a história do pensamento econômico mero amontoado de curiosidades intelectuais. Neste modelo, todas as formulações do “passado” (entenda-se, de períodos anteriores aos últimos 6 ou 10 anos do momento em que reflete o pesquisador) são julgadas como “antecipações” (quando reafirmam, mesmo sem este propósito, aspectos do paradigma hegemônico contemporâneo) ou “erros” (quando dele discrepam). Não resta dúvida de que, sob este raciocínio, “(...) *reescreve-se a história do pensamento econômico, como inúmeras vezes se observou, a cada geração*”⁵.

Já o modelo *soft science* não reconhece a noção de “fronteira do conhecimento”. Nele, o pesquisador assume o caráter problemático da contraposição frontal de diferentes matrizes da teoria econômica (clássica, marxista, keynesiana, neoclássica, etc.) uma vez que cada uma delas estrutura visões abrangentes de mundo a ponto de se tornarem incontrastáveis. Além disso, as matrizes teóricas não seriam expressões de diferentes visões de mundo, uma vez que, segundo o modelo, “(...) *o mundo só aparece como tal por ela[s] interpretado*”⁶. Em função disso, o vigor de uma obra jamais seria “transmitido” através das revisões posteriores que lhe fossem feitas, como pressupõe a noção de “fronteira”. Nenhuma obra baseada em uma primeira seria capaz de incorporar-lhe com plenitude. Assim sendo, não restaria ao pesquisador tão somente dedicar-se ao estudo da história do pensamento econômico pela leitura das obras clássicas em seu formato original, buscando *insights* em cada uma delas, visto que não as concebe como conflitantes, mas como contribuições paralelas.

É sobre a crítica aos dois modelos que Arida constrói sua proposta interpretativa. Contra o *hard science*, a própria deslegitimação da superação positiva como caminho único de

resolução de controvérsias, fundamento básico da “abordagem retórica”, consiste no mais incisivo argumento. E para fortalece-lo ainda mais, investiga brevemente o nascimento do programa de pesquisa neoclássico (no qual a visão *hard science* é preponderante) sugerindo que sua hegemonia acadêmica não se deveu, em nenhum momento, à superioridade positiva de seus pressupostos (ou seja, comprovável irrefutavelmente pelo cálculo matemático), mas à sua superioridade como programa de pesquisa. “*Suas armas retóricas foram (...) a maior generalidade e a capacidade de subsumir as proposições adversárias em seus próprios termos (...) A reavaliação ainda que sumária das controvérsias que firmaram o programa neoclássico de pesquisa mostra que a resolução dessas controvérsias foi determinada pela superioridade dos procedimentos retóricos, de um lado, e pelo vigor comparativo dos programas, por outro*”⁷.

Já contra o modelo *soft science*, Arida argumenta que a fusão entre teoria e história do pensamento é improcedente. Nele a historicidade do pensamento, a alteridade do passado, estaria completamente dissolvida na medida em que os textos e matrizes teóricas são desconexos, incontrastáveis e a-históricos; é sob a luz das preocupações vigentes que o pesquisador busca respostas na história do pensamento econômico, vista como um armazém de interpretações atemporal. “*Pouco lhe importa o contexto de criação e formulação de determinada idéia, tampouco seu criador, mas tão-somente sua serventia como base ou aprofundamento de algum aspecto da teoria econômica. Na utilização heurística da história do pensamento, o texto clássico torna-se autônomo, desvinculado do momento histórico ao qual pertence*”⁸. Rejeitando portanto ambos os modelos, Arida conclui que a história do pensamento econômico deve ser abordada como um estudo de caso aplicado da Retórica na ciência: ou seja, deve-se visitar os clássicos de modo a compreender-se como, retoricamente, as controvérsias foram resolvidas, buscando com este conhecimento uma compreensão mais adequada da resolução de controvérsias na ciência econômica do presente.

Limites da “abordagem retórica” numa perspectiva socio-histórica

Concentremo-nos sobre a crítica de Arida aos dois modelos de estudo da ciência econômica expostos. Tratando do *hard science*, ao afirmar que a Retórica é o elemento-chave na construção da Verdade em economia (e não a “superação positiva”), e que portanto, é o poder de convencimento de uma teoria que determina sua validade, Arida descuida do essencial: afinal, o que faz uma platéia ser convencida por uma idéia, e não por outra? Tomando como exemplo o programa neoclássico, afirma que é a superioridade, enquanto *programa de pesquisa coerente*, e a atenção a *normas de retórica* aceitas cientificamente, que permitiram sua hegemonia. Isso não explica porque um programa de pesquisa é considerado “superior” num momento, e mais adiante, sem ter sofrido quaisquer mudanças, é acusado de

“inferior” diante de outro. A deslegitimação do programa neoclássico, a consolidação do keynesianismo (pós-1940) e a retomada do neoclassicismo pós-1970 são vistos por Arida como expressão de “*cristalizações alternadas de consenso em torno de uma ou outra posição, associadas à inexistência de regra comum de validação empírica das diferentes proposições*”⁹. As origens sociais da aceitação ou da rejeição desta ou daquela tese continuam obscuras.

Em relação ao *soft science*, é plenamente procedente a crítica de que nele a historicidade do pensamento econômico desaparece; no entanto, a afirmação de que a importância do estudo da história do pensamento econômico concentra-se na sua condição de instrumento de verificação da Retórica como chave na resolução de controvérsias é insuficiente.

Entendemos os dois modelos como expressões da racionalidade objetivista e subjetivista, respectivamente. A noção de “superação positiva” do modelo *hard science* pressupõe que a influência do sujeito na construção do conhecimento é nula, dado que a Verdade é estabelecida pela “imparcialidade” da refutação empírica; o conhecimento produzido, nesta perspectiva, pretende-se cópia exata do objeto, reflexo fidedigno da realidade. Já a compreensão do modelo *soft science* de que cada programa de pesquisa “recria o real” tal como o concebe demonstra estar ele calcado em uma concepção subjetivista de conhecimento, na qual o sujeito (o pesquisador, em particular) é o ator responsável pela criação da realidade, e o objeto de pesquisa somente “existe” através do esforço racional do sujeito (dispensando, portanto, uma existência a ele externa). Na medida em que não reconhece a superação positiva e sim a igualdade epistemológica (sem dimensão histórica ou social) das diferentes escolas, pressupõe ser a Verdade relativa, dependente do ponto de vista subjetivo¹⁰.

Uma vez que o objetivo deste artigo consiste em argumentar em favor da imbricação entre a construção do conhecimento na ciência econômica e a sua dimensão sócio-histórica concreta, rejeitamos na totalidade os modelos *hard* e *soft science*, e criticamos a “abordagem retórica” na medida em que falha em compreender a determinação social e histórica da construção da Verdade científica. Contrariando, portanto, o mecanicismo objetivista e a soberania plena do sujeito, compreendemos o conhecimento como a resultante dialética entre a ação cognitiva do sujeito ativo, a existência externa do objeto, e a determinação social sobre ambos. Trata-se, portanto de uma “*teoria do reflexo modificada, uma relação cognitiva na qual tanto sujeito como objeto mantém a sua existência objetiva e real, ao mesmo tempo atuam um sobre o outro*”¹¹.

Qual seria, portanto, a relação entre a teoria econômica e o seu objeto (a economia enquanto fenômeno social)? É preciso descartar-se, por um lado, a idéia de que a teoria é descrição fiel da realidade com base no olhar “desinteressado” do cientista, e por outro, o exagero no caráter normativo do pensamento econômico. A teoria e o pensamento econômico

não são os demiurgos da estrutura sócio-econômica real; ocorre entre estas duas instâncias um processo dialético no qual a realidade concreta fornece as condições socio-históricas que permitem a legitimação de determinada teoria como portadora da Verdade, ao mesmo tempo em que a teoria é instrumentalizada pelos intelectuais orgânicos¹² que sistematizam e produzem o conhecimento dentro das expectativas de determinada classe social. Depositar na qualidade retórica do discurso do cientista a explicação da aceitação de uma determinada tese significa aceitar que: a) o intelectual é soberano na determinação da agenda socio-econômica; b) a sociedade é passiva diante da determinação desta mesma agenda e; c) os interesses de classe são elemento secundário nas disputas acadêmicas. A presente análise rejeita estes três pressupostos.

O conceito de “desenvolvimento” em dois momentos da acumulação capitalista

A breve análise do conceito de “desenvolvimento” no pensamento de Rostow e Sen pretende oferecer alguns argumentos favoráveis à idéia de que a “superioridade epistemológica” de um determinado programa de pesquisa perante outro denota a sua adequação como sistematizador de uma visão de mundo convergente com os interesses objetivos de uma determinada classe social em um dado tempo histórico. Tendo por objeto, em linhas gerais, a dinâmica da apropriação e utilização de recursos escassos, a ciência econômica exerce papel fundamental na luta de classes (que é a própria luta pela apropriação do excedente econômico) desde sua fundação com a Escola Clássica, momento este que confunde-se com o surgimento do próprio capitalismo. Isso se dá na medida em que, cientificamente e normativamente, tem a capacidade de construir saberes que: a) identificam os mecanismos e permitem operacionalizar a acumulação capitalista, ou sua crítica; b) organizam a consciência de determinada classe social para a qual seus esquemas retóricos estão voltados. A consciência de classe é entendida como a medida em que as classes estão aptas a se tornarem conscientes das ações históricas que devem implementar afim conquistarem e reproduzirem sua posição de dominância¹³. As transformações no conceito de “desenvolvimento” estão ligadas fundamentalmente à consciência de classe burguesa na manutenção de seu *status quo* em momentos diferenciados do capitalismo.

Tomemos a análise de Rostow e seu tempo. *Etapas do Desenvolvimento Econômico* veio à tona em 1960, momento de auge do keynesianismo como matriz teórica das políticas econômicas no mundo ocidental. Uma nova visão acerca da relação entre Estado e mercados encontrava-se em pleno vigor, impulsionada pela crise do liberalismo da década de 1920. A preservação da acumulação capitalista pós-1930 dependeu estritamente de Estados fortes, com amplo poder de intervenção, reguladores dos fatores produtivos e da atividade econômica como um todo. Além disso, a manutenção da capacidade de consumo e a amenização do potencial de

desestabilização social, oriundo da crise econômica, através da estruturação do *welfare state* nos principais países do centro capitalista, foram imprescindíveis no conjunto de estratégias de reprodução da sociedade capitalista neste contexto de crise estrutural. Em linhas gerais, a nova etapa em que ingressara o capitalismo ocidental pós-1930 baseara-se em políticas de *déficits* orçamentários voltados ao estímulo da demanda, proteção aos mercados internos, planejamento econômico e políticas anti-cíclicas afim de preservar a acumulação privada.

O *Manifesto Não-Comunista* é porta-voz de uma reconstrução da história do desenvolvimento econômico que legitima, teleologicamente, os principais elementos desta nova etapa do capitalismo, cumprindo função intelectual de primeira ordem na dialética entre pensamento/teoria econômica e estrutura socio-econômica concreta. Nesta obra Rostow analisa o processo de transição das sociedades tradicionais (agrárias, não-mercantis) para sociedades modernas (industriais, mercantis) através de quatro dimensões fundamentais:

a) o Estado e as instituições são atores históricos no processo de transição, e fundamentais na regulação dos fatores e na criação de condições para o *take-off*: na etapa do “arranco” para o desenvolvimento, é necessária a “*existência (...) de um arcabouço político, social e institucional que aproveite os impulsos expansionistas do setor moderno e os efeitos potenciais das economias externas e imprima ao desenvolvimento um caráter constante*”¹⁴.

b) o desenvolvimento é visto como o progressivo aumento do percentual da renda nacional aplicada em investimentos produtivos: isso significa dizer que, na perspectiva dos atores, a renda deve migrar dos setores ligados à sociedade tradicional para os empresários, sob o governo de uma elite modernizada dentro dos padrões ocidentais.

c) uma sociedade atinge o ápice do desenvolvimento quando dissemina o consumo ou constrói o *welfare state*: ou seja, quando permite “*a expansão dos níveis de consumo para além das necessidades fundamentais de alimentação, habitação e vestuário, não só para obter melhores alimentos, casas ou roupas, senão também para chegar à órbita do consumo em massa de bens duráveis de consumo e serviços*” ou permite “*o emprego dos poderes do Estado, inclusive o de redistribuir a renda por meio de impostos progressivos, para alcançar objetivos humanos e sociais (...) que o processo do mercado livre (...) não conseguiu*”¹⁵.

d) O crescimento da renda nacional levará, numa etapa pós-sociedade de consumo / do bem-estar, à plenitude: “*O que acontecerá às sociedades quando a renda proporcionar comida tão boa para praticamente toda gente ao ponto de provocar-se questões de saúde pública devido à própria fartura*”?¹⁶.

Quatro intensas décadas depois, varrido o mundo pelas duas crises do petróleo, pela elevação da taxa de juros nos Estados Unidos no final dos anos 70, pelo conseqüente dilema entre ajustamento estrutural e financiamento externo do *déficit* nas balanças de pagamentos

nacionais, pela legitimação dos “Estados mínimos” através da retomada do discurso (neo)liberal, pela crítica ao aporte keynesiano através de um clima desfavorável à intervenção estatal na economia, pelas transformações microeconômicas nas quais a falência do fordismo e a descoberta da eficácia de métodos horizontais de organização do trabalho foram fundamentais, pela progressiva desvinculação entre a acumulação capitalista e o emprego – produzindo uma situação social alarmante em todo o mundo –, pela supremacia da criação sobre a produção, e, por fim, pelo impacto da “digitalização” do mundo desenvolvido e da biotecnologia, surge *Desenvolvimento como Liberdade*, obra-síntese de Amartya Sen.

O pensamento de Sen, assim como o próprio campo da *welfare economics* num todo, é referência para uma parcela específica de órgãos governamentais, instituições, programas internacionais (como o UNDP) e organizações não-governamentais que trabalham sob a perspectiva do *desenvolvimento social*, fenômeno típico dos anos 1990-2000, distinta (ainda que exista, evidentemente, uma área de interseção) do *desenvolvimento econômico*. Enquanto a segunda perspectiva diz respeito à promoção da acumulação capitalista (nos marcos da III Revolução Industrial ou de paradigmas tecno-organizacionais anteriores), a primeira atua especialmente sobre as conseqüências humanitárias e sociais do capitalismo (ou até mesmo da falta dele), em especial, na sua etapa contemporânea. Em linhas gerais, iniciativas em prol dos direitos básicos, do desenvolvimento local, do empoderamento dos atores locais e do empreendedorismo, ainda que venham trazendo ganhos significativos na qualidade de vida de populações alijadas dos frutos do desenvolvimento, contribuem inegavelmente para a reprodução do capital na medida em que buscam amenizar as tensões sociais advindas deste processo.

Assim sendo, podemos resumir a argumentação de Sen igualmente em quatro argumentos:

a) o desenvolvimento é o processo de expansão das liberdades reais que as pessoas desfrutam: Sen descarta o enfoque que privilegia o crescimento do produto nacional, a industrialização e a tecnologia. Em sua perspectiva, desenvolvimento é libertação contra as privações que limitam as escolhas do indivíduo: “*pobreza e tirania, carência de oportunidades econômicas e destituição social sistemática, negligência dos serviços públicos e intolerância ou interferência excessiva de Estados repressivos*”¹⁷;

b) a liberdade tem valor intrínscico: a relevância da liberdade não estaria em sua contribuição indireta para acumulação. Ela é o fim do desenvolvimento e o meio pelo qual ele é atingido. A liberdade tem dimensão avaliatória (é parâmetro para medir-se quão desenvolvida é uma sociedade) e de eficácia (pessoas livres, que são ativas e não passivas no processo de desenvolvimento, são mais eficazes)¹⁸;

c) o desenvolvimento é a democratização da sociedade: a democracia representativa, a igualdade jurídica entre os homens (envolvendo questões étnicas e de gênero), a liberdade de expressão e a transparência na administração pública são índices do desenvolvimento ¹⁹;

d) o desenvolvimento significa permitir o acesso de todos aos mercados: o mercado é entendido por Sen como o mecanismo mais eficiente e democrático de distribuição de recursos, e a privação do acesso à liberdade de transação é vista como um aspecto negativo para o desenvolvimento ²⁰.

Considerações finais

Vemos, portanto, como Rostow construiu seu conceito de desenvolvimento em torno das questões que perpassavam a acumulação capitalista em seu tempo: intervenção estatal, investimentos públicos, produção em massa, crescimento do produto. Sen, imerso num contexto de hegemonia incontestada do pensamento liberal em suas várias vertentes e de crise do *welfare state*, respondeu aos impasses do capitalismo da última década do século XX por meio de uma nova significação do desenvolvimento, que afirma as liberdades políticas e econômicas como seu meio e fim, em nenhum momento negando a acumulação capitalista ou afirmando que o “bem-estar” pudesse advir da fragmentação da propriedade privada.

Inegavelmente, o processo de construção de conhecimento empreendido por estes dois intelectuais, em momentos históricos diferenciados, foi determinado pelos problemas concretos da sociedade capitalista na qual estavam imersos, e suas armas de retórica estiveram igualmente voltadas para a ênfase de aspectos da realidade aceitos como verdadeiros e desejáveis pelo público, não evidenciando-se, em nenhum momento, que o convencimento pudesse ocorrer a revelia das aspirações do setor/classe social-alvo, estes os verdadeiros formuladores da “agenda básica” de temas a serem trabalhados por seus intelectuais orgânicos, que a organiza, significa e sistematiza.

Notas

¹ ARIDA, Pérsio. “A História do Pensamento Econômico como Teoria e Retórica”. IN: GALA, Paulo e REGO, José Márcio (orgs). *A História do Pensamento Econômico como Teoria e Retórica: ensaios sobre metodologia em Economia*. São Paulo, Editora 34, 2003, p. 33.

² ARIDA, Id. Ibid., p. 34.

³ ARIDA, Idem.

⁴ ARIDA, Id. Ibid., p. 16.

⁵ ARIDA, Id. Ibid., p. 17.

⁶ ARIDA, Id. Ibid., p. 19.

⁷ ARIDA, Id. Ibid., pp. 23-25.

⁸ ARIDA, Id. Ibid., p. 28.

⁹ ARIDA, Id. Ibid., p. 22.

¹⁰ SCHAFF, Adam. *História e Verdade*. Trad. Maria Paula Duarte. 6ª ed. São Paulo, Martins Fontes, 1995, pp.73-74.

¹¹ SCHAFF, Id. Ibid., p. 75.

¹² O conceito de intelectual orgânico é tomado de GRAMSCI, Antonio. *Os Intelectuais e a Organização da Cultura*. 8ª ed. Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1991.

¹³ LUKÁCS, György. “A Consciência de Classe”. Trad. Dirceu Lindoso. IN: VELHO, Otávio et al (org). *Estrutura de Classes e Estratificação Social*. 6^a ed. Rio de Janeiro, Zahar, 1976, pp. 22, 40.

¹⁴ ROSTOW, W. W. *Etapas do Desenvolvimento Econômico: um manifesto não-comunista*. Trad. Octavio Alves Velho. 4^a ed. Rio de Janeiro, Zahar, 1971, p. 56.

¹⁵ ROSTOW, Id. Ibid., p.96-97

¹⁶ ROSTOW, Id. Ibid., p.113.

¹⁷ SEN, Amartya Kumar. *Desenvolvimento como Liberdade*. Trad. Laura Teixeira Motta. São Paulo, Companhia das Letras, 2000, p. 20.

¹⁸ SEN, Id. Ibid., p. 32-33.

¹⁹ SEN, Id. Ibid., p. 173-187.

²⁰ SEN, Id. Ibid., p. 135-172.